



1 **Ata da 5ª Sessão Plenária Ordinária de 2017**

2 **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP**

3 Em 18 de maio de 2017, no “Auditório Rosário I – República” do Hotel Nobile Downtown,
4 situado na Rua Araújo, 141, São Paulo - SP, teve início às 14h a 5ª Sessão Plenária Ordinária
5 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, sob a direção do Presidente
6 do Conselho **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**. Assinaram a lista de
7 presença 64 (sessenta e quatro) participantes, dentre os quais 53 (cinquenta e três)
8 conselheiros titulares e 11 (onze) suplentes de conselheiro no exercício da titularidade, a saber:
9 Soriedem Rodrigues, Denise Carvalho Schneider, José Alfredo Queiroz dos Santos, Douglas
10 Ellwanger, Elisete Akemi Kida, Daniel Ferreira da Silva, João Marcos de Almeida Lopes,
11 Luciana de Oliveira Royer, João Antonio Danielson Garcia, Luzia Regina Scarpin De Marchi e
12 Mirtes Maria Luciani. **B) ABERTURA DA 5ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP**
13 **DE 2017. C) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO. A) VERIFICAÇÃO DO**
14 **QUÓRUM:** É verificado quórum de 44 (quarenta e quatro) conselheiros, entre titulares e
15 suplentes no exercício da titularidade para o início dos trabalhos. **D) APROVAÇÃO DA ATA**
16 **DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2017 REALIZADA EM 30/03/2017.** O Presidente
17 esclarece que a ata da última plenária não foi levada aos conselheiros devido a um atraso na
18 fita de gravação. O Presidente assegura que as duas últimas atas serão encaminhadas a eles.
19 **E) INFORMES DO PRESIDENTE.** O Presidente relembra os conselheiros de que a reunião
20 conta com transmissão ao vivo pela internet. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES**
21 **DE OLIVEIRA BELLEZA** relata ter participado da última plenária do CAU/BR em Brasília, na
22 qual foi aprovado o novo regimento do CAU/BR. Segundo o Presidente, essa nova aprovação
23 implica em uma sistemática do CAU/BR de fazer um espelhamento do regimento do CAU/BR
24 para os regimentos dos CAU estaduais. Com a nova aprovação, cada artigo aprovado do CAU
25 BR terá, no seu paralelo, um artigo nos regimentos dos CAUs estaduais. O Presidente informa
26 que isso acarretará na confecção de um novo regimento para o CAU/SP. Comenta sobre
27 tratativas levadas junto ao CAU/BR que possibilitassem aspectos diferentes na estrutura do
28 CAU/SP – como a existência de vice-presidência e diretoria em moldes não existentes no
29 CAU/BR. O Presidente informa que o novo regimento resultará em mudanças estruturais no
30 CAU/SP. Os diretores serão os coordenadores das Comissões, e os diretores-adjuntos os
31 coordenadores-adjuntos, diferentemente do que é hoje onde temos o diretor, diretor adjunto,
32 coordenador e coordenador adjunto. Isso acarretará uma mudança na estrutura de
33 funcionamento do Conselho pois existirão apenas dois cargos em cada área de atuação. Tais
34 mudanças serão implantadas na próxima gestão, de acordo com o Presidente, o qual afirma
35 sua expectativa de votar um novo regimento do CAU/SP até o fim do ano. Disserta sobre a
36 realização e participação do seminário do CEAU, em que vários arquitetos de todo o Brasil
37 discutiram a valorização do projeto no exercício da profissão. Além disso, ele menciona o
38 seminário de ensino organizado pelo CAU/BR com apoio aqui do CAU/SP na semana anterior,



39 no qual foram discutidos aspectos relacionados às Comissões de Ensino de todos os estados,
40 junto com a Comissão de Ensino Federal. Com isso, O Presidente afirma ter sido ofertada uma
41 organização bastante efetiva com relação à temática referida. Na sequência, houve uma
42 reunião de instrução destinada aos coordenadores de curso do estado de São Paulo. O
43 Presidente informa que a existência de uma plenária extraordinária de ética no dia 1º de junho.
44 Junto dela, no dia 2, ocorrerá também um seminário sobre ética e ensino, para o qual estão
45 sendo convidados colegas do Brasil todo. Expõe que a revista do mês de março e abril está
46 sendo impressa porque houve a necessidade de se fazer uma nova licitação para a gráfica, em
47 função do tempo transcorrido entre as licitações. Ele informa que a última licitação teve como
48 vencedora uma empresa de Santa Catarina, e que a previsão de recebimento do projeto de
49 revista corresponde à semana seguinte. O Presidente informa que haverá uma reunião da
50 comissão de fiscalização no dia 25 e passa a palavra para o conselheiro Afonso Monteiro,
51 Coordenador da Comissão Permanente de Fiscalização. O conselheiro **AFONSO CELSO**
52 **BUENO MONTEIRO** reforça o convite a todos para a reunião em questão, que ocorrerá o dia
53 inteiro, na sede do CAU, com 14 fiscais do CAU. Segundo ele, a Comissão de Fiscalização
54 colherá subsídios para poder formatar uma sistemática de fiscalização. Ele pede para que
55 sugestões sejam enviadas por e-mail (cpf@causp.gov.br) por parte daqueles que não poderão
56 participar. O Presidente abre a **ORDEM DO DIA: 1. APRESENTAÇÃO DO 1º RELATÓRIO DE**
57 **GESTÃO QUADRIMESTRAL DO CAU/SP 2017**, com uma ressalva: trata-se de apresentação
58 e aprovação do relatório. O conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** registra que será sucinto, pois
59 todos os conselheiros receberam o relatório quadrimestral. Ele relata que no relatório de 194
60 páginas constam os seguintes itens: mapa estratégico do CAU/SP; indicadores institucionais e
61 de resultado dos objetivos estratégicos (estabelecidos na meta estratégica orçamentária);
62 cenário de receitas com valores e critérios de projeção; orçamento de custo e plano de ação;
63 parecer da Comissão de Orçamento e Contas e um relatório com todas as atividades
64 envolvidas pelas diretorias, comissões e GTs. O conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** repassa
65 as seguintes informações: nas anuidades de pessoa física, houve um decréscimo com relação
66 ao projetado e o arrecadado em 9%. Anuidades em atraso, através dessa cobrança dos
67 inadimplentes por parte da diretoria financeira, tiveram um acréscimo de 44%. Com relação às
68 anuidades de pessoa jurídica, comparação entre o projetado e o que foi arrecadado, houve um
69 decréscimo de 9%. Anuidade de pessoa jurídica em atraso, menos 26%. Com multas e taxas,
70 houve um acréscimo de 16%. RRT entre o projetado e o efetivamente arrecadado, o
71 incremento de 4%. As aplicações financeiras tiveram um acréscimo de 2% em relação ao
72 projetado. Com relação à execução de despesa, por rubrica de despesa, no quadrimestre as
73 despesas de capital praticamente ficaram da mesma forma. Na parte de encargos, houve um
74 decréscimo de 8%. Com relação a aluguéis e aos encargos relativos à parte dessa despesa,
75 menos 9%. Quanto a serviços prestados também: entre o projetado e o realizado, foram
76 realizados menos 43%. Com relação a passagens, também, em uma previsão entre o previsto
77 e o realizado, menos 60%. Diárias de deslocamentos de conselheiros: menos 33%. Material de



78 consumo: menos 94%. Segundo o conselheiro, isso se deve ao fato de que boa parte desses
79 movimentos foi realizada no ano passado. Então, o que estava previsto provavelmente será
80 realizado nos próximos trimestres e até o fim do ano. Diárias de funcionários: menos 58%. E a
81 parte de salários e encargos, com relação ao previsto, menos 38%. O conselheiro aponta para
82 o gráfico de percentual de execução do ano, no qual existem algumas despesas que ainda não
83 foram executadas – como o caso da compra da sede –, o que resulta em um percentual baixo.
84 O conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** informa que outras diretorias também tiveram uma
85 postergação de algumas atividades, repetindo o percentual referido, como no caso da Diretoria
86 Administrativa, com 98% do executado no quadrimestre. Com relação às comissões, ele expõe
87 que as permanentes executaram aproximadamente 27% do que estava previsto. Comissões
88 especiais: 22%. Grupos de trabalho: 19%. No total, foram executados 14% do que previsto no
89 ano. A última lâmina de sua apresentação diz respeito às atividades previstas e às atividades
90 realizadas, todas detalhadas no relatório encaminhado. No caso da presidência, houve um
91 número previsto de 14.259 atividades. Foram realizadas 15.091. O Presidente **GILBERTO**
92 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia a votação para aprovação do 1º Relatório
93 de Gestão Quadrimestral do CAU/SP 2017, o qual é **APROVADO** com 55 votos a favor,
94 nenhum contra e uma abstenção. Segue-se o item **2. APRESENTAÇÃO DA 1ª PRESTAÇÃO**
95 **DE CONTAS TRIMESTRAL DO CAU/SP 2017**, com o conselheiro Sílvio Heilbut. O conselheiro
96 **SILVIO JOHN HEILBUT** expõe que o regimento interno do CAU/BR exige um relatório
97 trimestral e um quadrimestral e que, diante da tentativa de unir ambos, os conselheiros ouvirão
98 algumas informações mais de uma vez. O conselheiro exhibe um gráfico que compara a
99 quantidade de profissionais ativos por mês – a quantidade tem aumentado desde 2012, e hoje
100 chega a aproximadamente 53 mil. Dos 53 mil profissionais do estado, 51% não pagam o CAU.
101 Segundo o estatuto, deve-se cobrar os inadimplentes depois de cinco anos. Devido à cobrança
102 de inadimplentes e à fiscalização, houve um crescimento significativo de empresas ativas entre
103 2016 e 2017. O conselheiro aponta que quase 2/3 das empresas registradas no CAU não
104 pagam anuidade. O total de RRTs por mês e ano não supera o número de 2015. Receitas
105 recebidas no primeiro trimestre: R\$ 16 milhões e 558 mil. Anuidades: quase R\$ 10 milhões.
106 RRTs: R\$ 4 milhões e 700. Multas e juros: R\$ 500 mil. Outras receitas: R\$ 47 mil. Gastou-se
107 R\$ 47.3 do que foi arrecadado. Nada ficou abaixo do orçado. Comparando os números de
108 2017 com os de 2016, a receita total prevista subiu de R\$ 38 milhões para R\$ 44. O orçamento
109 do primeiro trimestre de 2016 era de R\$ 7 milhões, e hoje é de R\$ 8 milhões e 700 mil. O saldo
110 disponível na conta subiu de R\$ 44 milhões para R\$ 53 milhões. O conselheiro **ÉDER**
111 **ROBERTO DA SILVA** pergunta sobre o que se refere o item relacionado à despesa com
112 pessoal de 56%. O conselheiro **SILVIO JOHN HEILBUT** esclarece que esses 56% se referem
113 à despesa total. Ele afirma que há um acordo de não ultrapassar 45% do arrecadado, e que até
114 o momento se gastou 26%, embora esse número vá aumentar durante o ano. O Presidente
115 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** abre a votação para a 1ª Prestação
116 de Contas Trimestral do CAU/SP 2017, a qual é **APROVADA** com 57 votos favoráveis, nenhum



117 contrário e nenhuma abstenção. **3. JULGAMENTO DE PROCESSOS (ORIGEM: COMISSÃO**
118 **PERMANENTE DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL).** Inicia-se **A) PROCESSO Nº**
119 **1000017889/2015. INTERESSADO: MARCOS FABIANO DAS CHAGAS. ASSUNTO:**
120 **DILIGÊNCIA. RELATOR: AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO.** O conselheiro **AFONSO**
121 **CELSO BUENO MONTEIRO** lê seu relatório, cujo processo iniciado em 2015 contou com ação
122 fiscalizatória do agente fiscal do CAU/SP Fabio Augusto Ferreira no condomínio Flex Diadema,
123 onde se constatou obra sem o acompanhamento técnico necessário. A notificação preventiva
124 foi feita, enviada e teve seu recebimento notificado. Passado o prazo legal para manifestação,
125 foi lavrado o auto em maio de 2015, cujo recebimento também foi confirmado. No mesmo mês,
126 Marcos Fabiano das Chagas apresentou intempestivamente um memorial descritivo das
127 atividades executadas em sua residência, somado a uma ART do CREA/SP assinada pelo
128 engenheiro Sérgio de Almeida. O parecer do relator é de voto favorável à manutenção da
129 infração, tendo em vista a solução intempestiva do proprietário. O Presidente **GILBERTO**
130 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** abre a votação do relatório, o qual é
131 **APROVADO** com 55 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. **B) PROCESSO Nº**
132 **1000015081/2015- INTERESSADO: SUGAWARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA-**
133 **ASSUNTO: ROTINA. RELATOR: LUIZ ANTONIO CORTEZ FERREIRA.** Esse processo foi
134 devolvido para reanálise e substituição do voto. Em janeiro de 2015, foi constatada infração de
135 ausência de registro no CAU da empresa Sugawara, que possuía como objeto social a
136 prestação de serviço de engenharia e de arquitetura. Notificada preventivamente em de janeiro
137 de 2015, a empresa tomou ciência da notificação e não apresentou defesa. Não atendida a
138 notificação preventiva, foi lavrado o auto de infração em fevereiro de 2015, recebido no mesmo
139 mês com boleto anexo com vencimento ainda em fevereiro. Antes da ciência do auto, porém
140 após o vencimento do prazo de regularização, a sócia Juliana Medeiro de Matos enviou
141 correspondências eletrônicas questionando a necessidade de registro da PJ no CAU posto que
142 a empresa já estava registrada no conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado de
143 São Paulo, CREA São Paulo desde 2009. Ela anexou a certidão de registro emitida pelo
144 CREA/SP. O boleto do auto de infração não foi recolhido. Uma vez apresentada a defesa
145 intempestiva em primeira instância, o processo foi encaminhado em abril de 2015 para a
146 Comissão Permanente de Exercício Profissional para julgamento. Em maio de 2015, foi
147 mantido o voto de manutenção do auto de infração por parte do conselheiro José Renato
148 Soibelman Melhem. Em julho de 2016, a Comissão Permanente de Exercício Profissional
149 decidiu pela manutenção do auto de infração. A denunciada Sugawara tomou ciência da
150 decisão em agosto de 2016, e apresentou sua defesa em segunda instância em setembro,
151 comprovando ter providenciado alteração do seu contrato social, tendo protocolado alteração
152 de contrato social na JUCESP. A mesma havia removido os serviços de arquitetura de seu
153 objeto social. A alteração do contrato social foi devidamente registrada pela JUCESP em
154 agosto de 2016, antes do vencimento da multa em setembro de 2016. A denunciada pediu o
155 cancelamento do auto de infração. Em setembro de 2016, o processo foi encaminhado ao



156 conselheiro Luiz Antonio Cortez Ferreira para relato em segunda instância, este concluído em
157 outubro de 2016. O conselheiro relator requisitou o processo para reanálise. Com base no
158 artigo 35 da resolução do CAU/BR, a regularização a posteriori não exige o denunciado,
159 registrado no CREA/SP, do pagamento da multa, o conselheiro relator **LUIZ ANTONIO**
160 **CORTEZ FERREIRA** vota pela manutenção do auto de infração e respectiva penalidade. O
161 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia a votação do
162 relatório, o qual é **APROVADO** com 54 votos favoráveis, 3 contrários e uma abstenção. **C)**
163 **PROCESSO Nº 1000020184/2015 – INTERESSADO: NOOR ARQUITETURA E**
164 **CONSTRUÇÃO LTDA. ASSUNTO: ROTINA. RELATOR: EDSON JORGE ELITO.** O
165 conselheiro relator **EDSON JORGE ELITO** expõe que a empresa denunciada não continha
166 registro no CAU/SP, apesar de ter a arquitetura como principal atividade em seu objeto social.
167 A empresa Noor foi notificada preventivamente em maio de 2015 e, sem se manifestar,
168 recebeu auto de infração em junho de 2015. Em junho, foi apresentada defesa da empresa,
169 que passou a se chamar Noor Refrigeração e Climatização Ltda., alterando seu objeto social. A
170 alteração foi registrada em maio de 2015. O processo foi encaminhado em primeira instância
171 para análise do conselheiro Douglas Ellwanger em agosto de 2015. O parecer reconhece a
172 tempestividade da defesa com apresentação do cartão do CNPJ atualizado, com alteração
173 contratual com objeto social diferente da atividade de arquitetura e urbanismo, e o voto do
174 conselheiro foi pelo arquivamento do processo. Em setembro de 2016, a Comissão
175 Permanente de Exercício Profissional decidiu pela manutenção do auto de infração devido ao
176 uso do termo arquitetura em fase anterior. A defesa tempestiva da interessada foi executada
177 em março de 2017, anexando novamente os documentos de alteração contratual. O processo
178 foi então encaminhado para análise em segunda instância. A empresa autuada no processo
179 apresentou recurso tempestivo à decisão da Comissão de Exercício Profissional,
180 reapresentando os documentos que comprovam que a alteração contratual em que retira os
181 termos arquitetura e construção do seu objetivo social foi registrada na JUCESP em maio de
182 2017, antes da ciência por parte da interessada do auto de infração – cessando, portanto, o
183 fato gerador da autuação. O conselheiro vota pelo arquivamento do processo. O Presidente
184 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia a votação do relatório, o qual
185 é **APROVADO** com 52 votos favoráveis, 3 contrários e uma abstenção. **4. RENOVAÇÃO DAS**
186 **COMISSÕES ESPECIAIS: COMISSÃO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO.** O Presidente
187 salienta que as referidas comissões especiais têm prazo de validade em julho, e que uma nova
188 votação é necessária para dar continuidade a elas. Seus coordenadores, portanto, serão
189 ouvidos. O conselheiro **ANDRÉ TOSTES GRAZIANO**, em nome da Comissão Especial de
190 Comunicação, reitera a intenção de continuar. Ele relata o trabalho da comissão em ter
191 publicado cinco números da revista Móbile desde que se iniciaram os trabalhos. Segundo o
192 conselheiro, as reuniões são quinzenais e visam a dar à revista um caráter diversificado,
193 focando em temas que abarquem de forma bastante precisa, em especial, áreas de atuação
194 dos arquitetos. Também se dedica atenção a temas acadêmicos e a concursos. Ele solicita que



195 temas sejam encaminhados à comissão, e pede para que votem pela continuidade desta. O
196 conselheiro **LUIZ ANTONIO CORTEZ FERREIRA** pede afastamento da Comissão Especial de
197 Comunicação por motivos de ordem profissional e agradece aos colegas. O Presidente
198 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** pergunta se há indicações para
199 compor a Comissão no lugar do conselheiro Luiz Antonio Cortez Ferreira. As conselheiras
200 **MÁRCIA REGINA DE MORAES DINO DE ALMEIDA** e **VERA SANTANA LUZ** se manifestam.
201 Antes de votar pela indicação, O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
202 **BELLEZA** abre a votação para continuidade da Comissão Especial de Comunicação, a qual é
203 **APROVADA** com 58 votos a favor, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, o
204 Presidente inicia a votação de indicação do segundo suplente na substituição do conselheiro
205 Luiz Antonio Cortez Ferreira. A conselheira Vera Santana Luz recebe 32 votos, contra 23 da
206 conselheira Márcia Regina De Moraes Dino de Almeida e 3 abstenções. **COMISSÃO**
207 **ESPECIAL PARA ANÁLISE DE ACONTECIMENTOS DE REPERCUSSÃO PÚBLICA.** A
208 conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** reitera a intenção de a comissão
209 permanecer, e relata ter substituído o conselheiro Gustavo Ramos Melo na coordenação. Ela
210 expõe que a comissão está em contato com a coordenadoria da defesa civil do Estado para
211 montar um convênio. Essa parceria está sendo analisada pelo corpo jurídico, e dele depende.
212 Também relata ter entrado em contato com a Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de São
213 Paulo, da qual aguarda resposta para desenvolver um trabalho junto ao CAU/SP. A conselheira
214 **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** comenta sobre a criação de um folder por parte da
215 Comissão. Este folder foi transformado em ofício circular para as prefeituras do estado de São
216 Paulo. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** abre a votação
217 para continuidade da Comissão Especial Para Análise de Acontecimentos e Repercussão
218 Pública, a qual é **APROVADA** com 53 votos a favor, 1 contra e uma abstenção. **COMISSÃO**
219 **ESPECIAL PARA COMPRA/AQUISIÇÃO DA SEDE PRÓPRIA.** O conselheiro **ROGERIO**
220 **BATAGLIESI** afirma que a comissão, após trabalhar duro durante o ano, acredita ter
221 encontrado um imóvel – apresentado na plenária e aprovado pela grande maioria. Ele relata
222 que o imóvel ainda está sendo negociado devido a alguns problemas de documentação. O
223 conselheiro informa que não sabe se haverá condições de adquirir o imóvel, mas que imagina
224 ser proveitosa a continuidade da comissão. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
225 **OLIVEIRA BELLEZA** abre a votação para continuidade da Comissão Especial Para
226 Compra/Aquisição da Sede Própria, a qual é **APROVADA** com 52 votos favoráveis, 2
227 contrários e 4 abstenções. **5. APROVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE RECONDUÇÃO DA**
228 **COMISSÃO PROCESSANTE – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 001/2017.**
229 A conselheira **BERTHELINA ALVES COSTA** solicita a recondução da Comissão Processante
230 com base na necessidade de concluir seu trabalho. Ela descreve o trabalho como complexo e
231 cuidadoso, e que até o momento já foram feitas 24 reuniões, além de 16 testemunhas terem
232 sido escutadas. Ela reitera o pedido de recondução. O Presidente **GILBERTO SILVA**
233 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** abre a votação a recondução da Comissão



234 Processante, a qual é **APROVADA** com 47 votos favoráveis, nenhum contrário e 10
235 abstenções. **6. APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA CE/SP (COMISSÃO ELEITORAL DE**
236 **SÃO PAULO)**. O Presidente esclarece que esse ano o CAU/BR nomeou uma comissão
237 interna, a qual montou o regimento eleitoral para as eleições que ocorrerão em 2017 no CAU
238 nacional e nos estaduais. A constituição da comissão eleitoral de cada conselho estadual
239 contém prazos, e o do CAU/SP deve ser encaminhado no mês de junho. O Presidente
240 constata, portanto, que essa é a última reunião plenária em que isso poderá ser votado. O
241 Presidente informa que no regimento eleitoral, a comissão eleitoral poderá ser constituída por
242 cinco membros titulares e cinco membros suplentes. Na constituição da comissão eleitoral, no
243 máximo dois membros poderão ser conselheiros, tendo como suplentes dois conselheiros
244 titulares respectivamente. Os três demais membros da comissão eleitoral obrigatoriamente
245 deverão ser membros não conselheiros, e seus respectivos suplentes também. Portanto, dos
246 cinco integrantes, três não poderão ser conselheiros titulares e dois poderão ser conselheiros
247 titulares. A votação, como consequência, terá dois momentos: um inicial para conselheiros, e
248 outro para não conselheiros. Os dois conselheiros mais votados serão titulares, e os dois na
249 sequência, suplentes. Os três não conselheiros mais votados serão titulares, e os três na
250 sequência, suplentes. O Presidente complementa que o regimento eleitoral não contempla a
251 participação dos conselheiros suplentes. O conselheiro Ruy dos Santos Pinto Junior questiona
252 a possibilidade de o conselho avaliar com calma as possibilidades de não conselheiros. O
253 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** detalha que, a partir do
254 momento da indicação, o nome tem que aceitar. Pode haver uma indicação – se o indicado não
255 aceitar, entrará o nome seguinte. O Presidente abre a indicação de quatro nomes para
256 conselheiros titulares e seis nomes para não conselheiros. O conselheiro **EDMILSON**
257 **QUEIROZ DIAS** indica os conselheiros Silvio Heillbut, Marcia Mallet, Rosana Ferrari e Gerson
258 Mendes. O conselheiro Éder Roberto da Silva também é indicado. O conselheiro **LUCIO**
259 **GOMES MACHADO** indica o conselheiro Ruy dos Santos Pinto Junior. O Presidente
260 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** explica que cada conselheiro vota
261 em quatro nomes: os dois mais votados são os titulares, e os dois na sequência, suplentes. O
262 Presidente abre a votação, e são eleitos os conselheiros Marcia Mallet (52 votos), Silvio Heilbut
263 (48 votos), Gerson Mendes (45 votos) e Rosana Ferrari (35 votos). O conselheiro Éder Silva
264 teve 31 votos, e o conselheiro Ruy dos Santos Pinto Junior não participou. 58 conselheiros
265 votaram. O Presidente recebe as indicações de não conselheiros. O conselheiro **PIETRO**
266 **MIGNOZZETTI** indica o arquiteto Cleiton Menezes. O conselheiro **NELSON GONÇALVES DE**
267 **LIMA JUNIOR** indica o arquiteto Gustavo Gomes. O conselheiro **FLAVIO MARCONDES** indica
268 o arquiteto Pedro Taddei. O conselheiro **PAULO CANGUÇU FRAGA BURGO** indica o
269 arquiteto Luiz Cláudio Bittencourt. O arquiteto **CARLOS ALBERTO SILVEIRA PUPO** indica o
270 arquiteto José Quirino de Arruda. O conselheiro **RUY DOS SANTOS PINTO JUNIOR** registra
271 que gostaria que a regra de voto imediato em não conselheiros fosse passada com menos 12
272 horas de antecedência, para que se pensasse em mais nomes e se pudesse conhecer os



273 nomes sugeridos. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
274 aponta que o regime eleitoral aprovado pelo CAU/BR – no qual consta o regimento eleitoral –
275 foi encaminhado a todos os conselheiros. Ele abre a votação. Os três não conselheiros titulares
276 são Gustavo Gomes (20 votos), Pedro Taddei (17 votos) e Luiz Cláudio Bittencourt (14 votos).
277 Os suplentes são Cleiton Menezes (13 votos), José Quirino (13 votos) e Felipe Andrey (10
278 votos). **7. CIÊNCIA DA RENÚNCIA DO CONSELHEIRO TITULAR REGINALDO LUIZ NUNES**
279 **RONCONI E DECLARAÇÃO DA EXTINÇÃO DO SEU MANDATO; (ART. 41, ALÍNEA B, RI**
280 **CAU/SP).** O conselheiro **JOSÉ ANTONIO LANCHOTI** entende como necessário o registro de
281 ciência por parte dos conselheiros, ao passo que o conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO**
282 opina que não vê necessidade nesse procedimento, cabendo ao Presidente o aviso da
283 renúncia e a transcrição do momento em questão na ata. O **DR. JOSÉ RODRIGUES GARCIA**
284 **FILHO**, do corpo jurídico, informa que a ciência serve para constar quem estava presente no
285 momento, porque ao longo da plenária alguns conselheiros saem e não retornam. O
286 conselheiro **RONALD TANIMOTO CELESTINO** pede um esclarecimento quanto à
287 possibilidade de encaminhar algum tipo de manifestação, isto é, uma indicação para que o
288 processo no PAD seja automaticamente arquivado, vindo da plenária. A **DRª KARINA CRUZ**,
289 do corpo jurídico, informa que não é possível o arquivamento do processo porque há distinção
290 entre uma renúncia e uma perda de mandato. Enquanto a renúncia constitui ato voluntário do
291 conselheiro, a perda de mandato é uma sanção. Ela esclarece que, em caso de eventual
292 condenação, os efeitos imediatos – ausência de conselho – já teriam sido aplicados, mas os
293 efeitos imediatos – ações decorrentes da perda do mandato – serão aplicáveis com toda
294 certeza. O conselheiro **SILVIO ANTONIO DIAS** endossa o posicionamento do conselheiro
295 Lucio Machado, afirmando que a confirmação de ciência é desnecessária. **DRª KARINA** aponta
296 que, embora o aparelho utilizado na plenária seja chamado de aparelho de votação, ele tem
297 mais funções, como declaração de vontade e ciência de um ato. O conselheiro **SILVIO**
298 **ANTONIO DIAS** afirma que a explicação não o convence. O conselheiro **LUCIO GOMES**
299 **MACHADO** formula uma pergunta descrita por ele mesmo como absurda: o que aconteceria se
300 todos os presentes na plenária não tomarem ciência? Diante de resposta negativa, o
301 conselheiro defende que o ato é inútil, e que a ciência por parte dos conselheiros não tem
302 valor. A conselheira **BERTHELINA ALVES COSTA** por que que o conselho não pode ser
303 responsável em caso de denúncia pelo cancelamento do processo, sendo ele responsável pela
304 abertura de qualquer processo. O conselheiro **FLAVIO MARCONDES** faz referência à carta de
305 renúncia de Jânio Quadros em 1961. **DR. JOSÉ RODRIGUES GARCIA FILHO** informa que, na
306 prática, há uma questão formal em que o artigo que trata da matéria descreve “a extinção do
307 mandato declarada pela plenária”. Dessa forma, essa ciência conta como foi declarada por
308 todos os presentes no momento em que foi proferida. Segundo ele, evita-se que em algum
309 conselheiro não presente possa levantar uma questão tardiamente, por não ter tomado ciência.
310 O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** parte da solução
311 proposta pelo conselheiro **LUIZ ANTONIO CORTEZ FERREIRA**: após ser dada a ciência,



312 verificar o quórum para confirmar quem estava presente. Assim o Presidente procede,
313 verificando o quórum de 49 conselheiros presentes na plenária e 14 ausentes. O conselheiro
314 **LUIZ FISBERG** informa que a conselheira Silvana Serafino Cambiaghi não compareceu à
315 plenária devido a um problema de última hora ocorrido no estacionamento onde o carro dela
316 havia sido deixado. Ele pede para que a ausência da conselheira seja justificada. **8.**
317 **APRESENTAÇÃO DO PROJETO CAPACITA ARQUITETO E URBANISTA (DRI E GG).** O
318 conselheiro **CARLOS ALBERTO SILVEIRA PUPO** inicia a apresentação do projeto, antes
319 disso pedindo desculpas por enxergar mal devido a uma cirurgia. O conselheiro relata que a
320 proposta do projeto ocorreu em função de um convênio foi feito na gestão passada entre o
321 SEBRAE e o CAU. Esse convênio se expirou no final do ano passado, e foi solicitada uma
322 renovação. No começo desse ano, conselheiros do CAU/SP foram chamados junto ao
323 SEBRAE poder desenvolver nova parceria por meio de treinamento e capacitação dos
324 profissionais do conselho. O conselheiro relata ter tomado o cuidado de conversar junto à
325 diretoria para avaliar esse tipo de ação – com o SEBRAE – e acreditar com convicção que
326 qualquer tipo de evento de cunho comercial não se enquadraria dentro dos moldes do que se
327 pretendia fazer. O conselheiro **CARLOS ALBERTO SILVEIRA PUPO** também pontua que não
328 era o foco do CAU colocar a responsabilidade do convênio à disposição dos estudantes,
329 porque se entendia que esse tipo de ação caberia, em um primeiro momento, aos colegas
330 arquitetos, que em eventos percebem um anseio nos arquitetos em formação no que tange à
331 capacitação e à preparação desses profissionais, os quais enfrentam uma dificuldade grande
332 em se adaptar às situações do mercado. Ele sintetiza que o objetivo do projeto é o de preparar
333 melhor os profissionais e dar a eles uma competitividade melhor no mercado de trabalho. Para
334 isso, foram chamadas como parceiras as entidades sem fins lucrativos, que são as
335 associações, evitando cunho comercial. Ele especifica que não se trata de palestras, mas de
336 treinamentos. Foi feito um treinamento por experiência na véspera do Carnaval, em uma sexta-
337 feira, em uma sala para 70 pessoas – o curso dizia respeito à alvenaria estrutural. Houve 61
338 presentes. Devido ao resultado positivo, decidiu-se estender esse tipo de atividade para outras
339 entidades. Hoje, são associações parceiras a ABCP, Associação Brasileira de Cimento
340 Portland, ABCEM, Associação Brasileira de Construção em Estrutura Metálica, Associação de
341 Cerâmicas Vermelhas. Outras ainda têm a confirmação aguardada, como a ANAVIDRO,
342 Associação Nacional dos Fabricantes de Vidro. O conselheiro **CARLOS ALBERTO SILVEIRA**
343 **PUPO** relata ter iniciado conversas com a Graphisoft, fabricante da ArqCAD que terá que
344 divulgar o evento. O conselheiro informa que faltam alguns impasses burocráticos para concluir
345 a negociação com a imprensa oficial, com quem se conversa há mais de um ano. Ele menciona
346 a busca por viabilizar uma carteira de preço acessível com chip a ser utilizado com certificação
347 digital. O conselheiro acrescenta que o projeto piloto consiste em uma semana inteira de
348 atividade, ainda sem data confirmada, mas prevista entre 5 e 9 de junho, em Salto – uma
349 solicitação do secretário desta cidade, após não se conseguir calendário com junto às regionais
350 do CAU. O conselheiro define que a ideia é levar o evento para o resto do estado todo e



351 atender o maior número de profissionais possível, e pede para que os demais colegas se
352 manifestem a respeito do projeto – de preferência, o quanto antes, devido à proximidade em
353 relação à data. O conselheiro **DOUGLAS ELLWANGER** pergunta sobre a possibilidade de
354 acrescentar, entre os assuntos contemplados, o gerenciamento de escritórios de arquitetura e
355 também administração. O conselheiro **CARLOS ALBERTO SILVEIRA PUPO** responde que a
356 questão depende dos parceiros encontrados, e que essas opções estiverem disponíveis, com
357 certeza entrarão na pauta. Ele acrescenta que esse projeto está localizado no mesmo centro
358 de custo do SEBRAE, e que uma transposição será feita agora para se chegar a um novo
359 pacto. O conselheiro contextualiza que o SEBRAE tem vários cursos e treinamentos não
360 específicos para arquitetos. Segundo o conselheiro, o SEBRAE cobra uma demanda
361 interessante para desenvolver ações e capacitação, por isso é necessário entregar um retorno,
362 mostrando o número de profissionais interessados. Ele acrescenta, no entanto, que falou pouco
363 do SEBRAE porque é a única entidade que exige um documento assinado para poder
364 participar desse evento. Como o CAU não tem o contrato pronto, não é possível sua
365 participação, apesar desse centro de custos seja do SEBRAE, eles só participem do segundo
366 evento. O conselheiro **LUIZ FISBERG** pergunta de que forma será divulgado o evento, para
367 que ele possa contribuir com elementos de mídias sociais. O conselheiro **CARLOS ALBERTO**
368 **SILVEIRA PUPO** responde que isso será feito por meio do site, com banners e
369 compartilhamento em Facebook, além do uso da *newsletter*. Ele ressalta que a diretoria se
370 responsabilizou em fazer todo o gerenciamento e acompanhamento dessa etapa. Os
371 profissionais poderão se inscrever por meio da *newsletter*, e a prioridade será dada a
372 arquitetos. Ele pede para que isso esteja no ar na semana seguinte. A conselheira **MIRTES**
373 **MARIA LUCIANI** relembra uma parceria do CAU com o SEBRAE na qual esteve presente.
374 Segundo ela, tratava-se de uma parceria em que o SEBRAE fazia uma palestra divulgando os
375 cursos deles nos custos de uma maneira completamente geral, não específica para arquitetos.
376 Em outra oportunidade mais recente, ela relata que a palestra contou com uma abordagem
377 diferente, com um discurso muito voltado ao funcionamento da profissão de arquiteto,
378 mantendo preocupação com o ciclo da construção civil. Ela registra que um dos cursos
379 oferecidos pelo SEBRAE não se concretizou na regional em que esteve, e que as pessoas se
380 inscreveram, mas não foram informadas de que a turma não havia sido aberta de fato. A partir
381 disso, ela pergunta sobre o risco de ter o nome associado ao SEBRAE. Também pergunta se
382 esses grupos – de capacitação para os escritórios de arquitetura – fecharam em outras
383 regionais. Por fim, pergunta quantos são os escritórios que hoje se capacitam junto ao
384 SEBRAE por meio do convênio com o CAU/SP. O conselheiro **CARLOS ALBERTO SILVEIRA**
385 **PUPO** informa que a demanda da conselheira foi encaminhada. Ele contextualiza que o
386 treinamento contém duas fases, a primeira delas em EAD. O conselheiro conta ter visitado o
387 superintendente – ao lado da equipe financeira, de José Borelli Neto e do Presidente – para
388 solicitar que a etapa também fosse realizada presencialmente. Ele afirma que o EAD realmente
389 não era nada voltado para a arquitetura, a não ser pelas ferramentas que eles tinham. O



390 conselheiro reafirma que, dependendo da demanda, o SEBRAE criaria planos específicos para
391 os arquitetos. A adesão ao projeto do SEBRAE conferia um desconto substancial de 50% do
392 valor cobrado pela instituição. Ele complementa que a demanda da conselheira Mirtes Maria
393 Luciani é muito justa, pois se esperava um retorno (de divulgação) para aquilo que o CAU se
394 dispôs a fazer. Em nome do CAU/SP, ele pede desculpas à conselheira pelo ocorrido. Ele
395 assegura que haverá um monitoramento para que isso não se repita. Quanto à última pergunta,
396 o conselheiro afirma não ter o número de empresas conveniadas, pois isso não lhes foi
397 passado. O conselheiro esclarece que o primeiro treinamento foi realizado na cidade de Santo
398 André, em 24 de janeiro, com ampla adesão, apesar das chuvas fortes e de a data representar
399 a véspera de um feriado. Ele acrescenta que o objetivo para as regionais é outro. A conselheira
400 **MIRTES MARIA LUCIANI** constata que o projeto foi muito bem organizado e que o auditório
401 estava lotado. Ela complementa que, além de 50%, dessa vez eles permitiam que se tivesse
402 até três arquitetos o ano inteiro recebendo a consultoria. Ela registra incômodo com o fato de
403 que eram necessários 13 ou 15 escritórios inscritos, e que 6 se inscreveram. A conselheira
404 manifesta preocupação com os outros inscritos, que não obtiveram o treinamento. O
405 conselheiro **CARLOS ALBERTO SILVEIRA PUPO** relata ter cobrado isso do SEBRAE, mas
406 que não houve resposta até o momento. Ele relata ter tomado alguns cuidados, como no
407 *workshop* dos GTS, no qual uma pesquisa foi realizada com participantes e até desistentes –
408 para entender por que não compareceram. Esse *feedback* foi passado a todos os
409 coordenadores do GT. O conselheiro **NELSON GONÇALVES DE LIMA JUNIOR** registra o
410 interesse da cidade de Santos sediar esse tipo de evento. **9. PALAVRA DOS**
411 **CONSELHEIROS.** O conselheiro **VALDIR BERGAMINI** informa que o quarto encontro de
412 município com desenvolvimento sustentável foi realizado em Brasília, no qual o CAU contou
413 com participação ativa do assessor Cláudio Mazzetti, além de participação efetiva em cinco
414 mesas de debate. Esse encontro contou com a participação de mais de 8.700 participantes, e
415 mais de 1.800 municípios foram representados. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO**
416 relata que a Comissão de Fiscalização iniciou seus trabalhos encontrando uma enorme
417 quantidade de denúncias não solucionadas ou arquivadas sem justificativa, e também
418 programas que não têm interesse de fato ou com uma repercussão social significativa para a
419 promoção da profissão e a defesa da sociedade. Devido à larga quantidade de problemas a
420 serem resolvidos, a comissão formulou um pedido para uma série de reuniões, porque tem
421 apenas alguns meses de mandato e quer deixar o posto razoavelmente organizado, e com os
422 fiscais instruídos e imbuídos da necessidade de fiscalização. Ele afirma enxergar a
423 fiscalização, especificamente quanto ao exercício ilegal da profissão, como uma forma
424 importante de promover trabalho para os arquitetos que estão hoje sem ofício. Além disso, o
425 conselheiro aponta que há uma enorme quantidade de malfeitos de entidades públicas;
426 particulares; empresas clandestinas, algumas delas com grande renome social, que causam
427 dano à imagem da profissão. Em razão disso, ele enfatiza o pedido do Presidente para que os
428 conselheiros ajudem a enviar sugestões e análises aos fiscais. Também informa de que terá,



429 daqui uma semana, uma reunião com todos os fiscais para alertá-los da missão e tentar instrui-
430 los de maneira mais enfática sobre a gravidade dos problemas que estão enfrentando. A
431 origem disso, segundo o conselheiro, está no concurso que foi feito. Na seleção de arquitetos,
432 entraram muitos recém-formados que não têm prática profissional suficiente para entender
433 onde se localiza a ilegalidade de muitas atuações. Por outro lado, aponta o conselheiro, eles
434 não estão conscientes do papel de agente público que eles têm e da necessidade de prestação
435 de contas de suas atitudes – não só à sociedade, mas também ao conselho. Em outro assunto,
436 **LUCIO GOMES MACHADO** retoma um e-mail enviado pelo senhor Mesaque, o qual participou
437 de uma reunião de fiscalização há 15 dias para esclarecer que a Comissão de Fiscalização
438 precisaria de muitas reuniões extras para conseguir cumprir seu programa de trabalho.
439 Segundo o conselheiro, nessa reunião, o sr. Mesaque esclareceu que, de fato, não há previsão
440 orçamentária na estrutura do CAU, e que foi dito a ele que não se tratava de simplesmente
441 aproveitar o orçamento da antiga Comissão Especial de Fiscalização, mas se tratava de uma
442 nova comissão que tinha sido eleita e aprovada pelo plenário – e que tinha um programa de
443 atuação muito intenso a ser cumprido. Segundo o conselheiro, o sr. Mesaque esclareceu que,
444 em não havendo verba para as reuniões extraordinárias, poderia ser feita a concentração das
445 verbas previstas para a Comissão Especial de Fiscalização para as reuniões até que fosse
446 refeito o orçamento do conselho, agora nos próximos meses. O conselheiro **LUCIO GOMES**
447 **MACHADO** se diz assustado, porque o sr. Mesaque enviou anteontem um e-mail ao
448 Presidente afirmando que não há verba, e que, portanto, essas reuniões não podem ser feitas.
449 A posição do conselheiro é de que essa atitude de um funcionário graduado do CAU é
450 inadmissível, e que o funcionário não está no CAU para censurar o plenário. Segundo ele, o
451 plenário votou que deve existir uma comissão de fiscalização, então há uma obrigação de
452 encontrar meios para que isso seja feito, ao invés de dizer que não pode ser feito porque não
453 tem meios. O conselheiro defende a fiscalização como uma das atividades primordiais do CAU,
454 e uma das razões pelas quais ele existe – então, segundo ele, outras ações menos importantes
455 devem ser canceladas se não houvesse dinheiro. Ele acrescenta que não é possível que uma
456 atividade-meio (administração) acabe dirigindo a atividade-fim (fiscalização), além de contrariar
457 uma decisão do plenário. Por fim, o conselheiro pede para que a manifestação do sr. Mesaque
458 seja desconsiderada, e que ele refizesse esse e-mail colocando exatamente o que falou para a
459 Comissão, não mantendo duas opiniões – uma frente aos conselheiros e outra frente ao
460 Presidente. O conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** afirma que o sr. Mesaque não dá uma
461 opinião própria, pois age em função das diretrizes que são fornecidas pela diretoria financeira.
462 Dessa forma, se não há verba, se não foi previsto no orçamento, não é possível criar verbas. O
463 conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** relata que o Sr. Mesaque disse formalmente que seria
464 possível adiantar a verba do ano inteiro para fazer as próximas quatro reuniões, e que isso não
465 é o que consta no e-mail. Ele acrescenta que, ao invés de o conselheiro diretor dirigir esse mail
466 ao Presidente, foi um funcionário. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
467 **OLIVEIRA BELLEZA** reconhece a importância da Comissão de Fiscalização, da qual foi



468 responsável pela criação. Ele afirma que fará todo o esforço possível para contemplar as
469 reuniões da comissão, porque acredita que esta é uma comissão importantíssima para o
470 funcionamento do conselho. O Presidente ressalta que aquilo que foi falado pelo conselheiro
471 Lucio Gomes Machado tem sido pedido por todos os coordenadores e membros de comissões.
472 Ele revela que recebe, além da Comissão de Fiscalização, praticamente todas as comissões e
473 GTs pedindo reuniões extraordinárias. O Presidente comenta que tenta contemplá-las na
474 medida do possível, e visa a deixar claro aos demais colegas que reclamam que ele não
475 autoriza a fazer reuniões extraordinárias, porque todos pedem e infelizmente não há verba para
476 reuniões extraordinárias para todos. O conselheiro **SILVIO ANTONIO DIAS** aponta que seria
477 prudente se os conselheiros pudessem fazer uma aprovação para que se pudesse haver um
478 planejamento de trabalho. Ele pede ao Presidente para que aprove essa agenda, que já foi
479 formulada com as datas de todas as reuniões. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES**
480 **DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma que, especificamente em relação à Comissão de Fiscalização,
481 tem autorizada uma reunião ordinária, porque a comissão pediu uma ordinária e mais duas
482 extraordinárias mensalmente. A presidência já aprovou uma extraordinária, e esse mês
483 aprovou a terceira reunião extraordinária. Segundo ele, estão aprovadas pelo menos mais uma
484 extraordinária todo mês, até ser feita a transposição financeira. O conselheiro **LUCIO GOMES**
485 **MACHADO** questiona por que essa informação não consta no e-mail referido de dois dias
486 atrás. O conselheiro lê este e-mail, endereçando suas dúvidas ao Presidente, a começar pelo
487 uso de “prezados” no texto – o conselheiro afirma não saber a quem o e-mail se direciona. O
488 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** pondera se os
489 conselheiros estão entendendo a carta, e se indaga se vale a pena lê-la e, de todo modo,
490 reitera o esforço em tentar contemplar o pedido. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO**
491 questiona por que o conteúdo do e-mail é discrepante em relação ao que havia sido
492 combinado. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma
493 que isso será consultado. A conselheira **BERTHELINA ALVES COSTA** afirma que esses
494 casos mostram que há um problema sério na elaboração do planejamento e no plano inicial.
495 Ela acredita que o planejamento não pode se limitar ao início do ano, ou a números de
496 reuniões, mas sim aos trabalhos que cada comissão necessita fazer e quantas reuniões
497 precisa. Segundo a conselheira, reunião extraordinária é extraordinária e, portanto, um fundo
498 para atender esse tipo de trabalho também é necessário. Ela aponta que ainda não foi
499 concretizado o planejamento estratégico de trabalho, para além do financeiro. A conselheira
500 acrescenta que não há sentido em o Presidente receber e atender esse tipo de demanda, e
501 sugere a criação de um fundo para dar conta deste tipo de ocorrência. O conselheiro **LUCIO**
502 **GOMES MACHADO** postula que o conselho sempre desenvolveu a tese de que planejamento
503 é um processo, e que não há sentido em fazer uma coisa que tem que durar um ano errado.
504 Segundo ele, é preciso mudar. O conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** afirma que o colega está
505 equivocado, porque o processo não é conduzido dessa maneira. O planejamento é formulado a
506 partir de informações que vêm de todas as diretorias e comissões. Independentemente disso,



507 segundo ele, durante o conselho tem a possibilidade de fazer duas reformulações
508 orçamentárias, exatamente para agregar essas necessidades que aparecem no decorrer do
509 ano. O conselheiro acrescenta que o caso dessa comissão é um caso excepcional, que deve
510 ser tratado como tal, e que está sendo avaliada a possibilidade de o colega Lucio Gomes
511 Machado fazer uma nova reformulação orçamentária para contemplar futuramente as
512 necessidades de reuniões ordinárias e extraordinárias. O conselheiro **LUCIO GOMES**
513 **MACHADO** defende que há uma diferença entre mundo ideal e a prática, na qual, segundo ele,
514 o planejamento é feito de maneira açodada, malconduzida, com formulários pré-preenchidos e
515 que, no fim das contas, o planejamento é feito pelo financeiro, e não pela atividade-fim. O
516 conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** discorda e afirma que o orçamento segue um regramento
517 que vem do CAU/BR. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** aponta que cada um defende
518 um lado, e pede para o colega consultar todas as comissões. O conselheiro **JOSÉ BORELLI**
519 **NETO** afirma que o financeiro simplesmente agrega todas as informações seguindo um
520 regramento do CAU/BR. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** atesta que o financeiro
521 impõe questões e limites, e que vê isso há seis anos. O Presidente **GILBERTO SILVA**
522 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** interrompe o diálogo para afirmar que é preciso
523 melhorar os planejamentos, e que é necessário fazer com que a sistemática de correção ocorra
524 de uma maneira mais fácil e mais ágil. Segundo o Presidente, infelizmente o conselho ainda
525 não descobriu de que maneira. A conselheira **MIRTES MARIA LUCIANI** concorda com a
526 conselheira Berthelina Alves Costa, reforçando o pedido para um calendário anual de
527 atividades. Ela também salienta o comentário do conselheiro Lucio Gomes Machado,
528 apontando que falta agilidade em alguns processos. Para a conselheira, o dinheiro está
529 congelado em caixinhas, e essas caixinhas não se conversam. Ela defende que não interessa
530 se sobrarem 10 milhões, pois esse dinheiro é do arquiteto para retornar em benfeitoria para a
531 profissão e para a sociedade – e não para aplicações financeiras. Segundo a conselheira, o
532 dinheiro que sobrou deve se destinar para uma coisa importante do ponto de vista conceitual
533 para os arquitetos. A conselheira relata ter participado da frente nacional de prefeitos, em
534 Brasília, sobre desenvolvimento sustentável das cidades, o que ocorreu em uma mesa redonda
535 chamada Cidades Resilientes. Ela aponta ter levantado, dentro da Secretaria do Estado do
536 Meio-Ambiente, quais eram os canais de patrocínio nesse momento aberto às prefeituras do
537 ponto de vista da gestão dos prefeitos para o desenvolvimento sustentável dentro do âmbito
538 ambiental. Por fim, a conselheira agradece por ter falado na mesa do Presidente, e também
539 agradece a Claudio Mazzetti, de cuja disponibilidade a participação dependeu. O conselheiro
540 **PAULO CANGUÇU FRAGA BURGO** conta sobre um evento da semana anterior, o sexto
541 seminário de integração do CAU, Ensino e Foco, ocorrido em 11 e 12 de maio. Esse evento foi
542 uma realização da diretoria de ensino e formação do CAU/SP em parceria com a Comissão de
543 Ensino e Formação do CAU/BR e a Comissão de Ensino e Formação do CAU/SP. Esse evento
544 contou com a participação de 21 CAUs das unidades da federação, sendo esses compostos
545 por conselheiros e por técnicos que tanto participaram de uma reunião expositiva para os



546 outros membros, como também tiveram seu corpo técnico participando das formas de se
547 trabalhar toda a documentação do CAU de forma que tudo isso chegue de forma uniforme para
548 o CAU/BR. Segundo o conselheiro, 72 pessoas participaram. A conselheira **LUCIANA DE**
549 **OLIVEIRA ROYER** pergunta sobre o edital de assistência técnica, pois vários de seus alunos
550 têm perguntado. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
551 responde que a minuta do edital está pronta, e que foi mandada para revisão, a fim de dar
552 sequência. Ele acrescenta que está verificando com o corpo jurídico, que precisa verificar o
553 prazo para assinatura de eventuais contratos, pois não é possível assumir compromissos por
554 conta do prazo eleitoral. O Presidente comenta que tem verificado exatamente quais são esses
555 prazos pré-eleitorais, pois, sendo um órgão público, é possível que haja limite de prazo para
556 que o edital seja lançado. A **DRª KARINA CRUZ** informa que existem algumas vedações em
557 períodos pré-eleitorais previstos na lei eleitoral 9504, e outras previstas na resolução do
558 CAU/BR. Na lei eleitoral, a conduta seria realizar transferências de recurso. Então o período de
559 vedação seria desde os três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos. Nesse
560 período, segundo ela, não poderia haver repasse de recursos a não ser que já houvesse obra
561 ou serviço em andamento, em calamidade pública ou emergência. O Presidente **GILBERTO**
562 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** complementa que a minuta já tem uma
563 apresentação para ser finalizada e encaminhada. O conselheiro **CARLOS ALBERTO**
564 **SILVEIRA PUPO** relata a participação de colegas do CAU/SP no Congresso Paulista de
565 Municípios, em Campos Jordão, e que lá obtiveram algumas parcerias, principalmente de
566 cidades para lançamento do projeto Arquiteto 1.0, iniciativa que visa a conscientizar os
567 municípios que não têm nenhum arquiteto no seu quadro para que façam essa contratação.
568 Segundo ele, um prefeito da região de Botucatu está disposto a receber o projeto. A
569 conselheira **ANITA AFFONSO FERREIRA** informa que um seminário de ética e formação na
570 arquitetura e urbanismo ocorrerá nos dias 1º e 2 de junho. Na quinta-feira, haverá uma plenária
571 de ética com processos carentes de resoluções e um coquetel. Na sexta-feira, haverá palestras
572 de manhã e à tarde. Alguns dos temas contemplados serão plágio, reserva técnica e a questão
573 de oferta de serviços pela internet. Ela acrescenta que todos receberão a convocação correta.
574 Por fim, o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma ter
575 havido um número recorde de conselheiros participando. Ele cumprimenta novamente a
576 comissão e todos os seus membros, agradece a presença de todos e encerra a 5ª Sessão
577 Plenária Ordinária de 2017 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP.

578 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**

579 **Presidente**